

Publicado em *A África e a instalação do sistema colonial (c. 1885 – c. 1930). Actas da III Reunião Internacional de História da África (1999)*. Lisboa, IICT / Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2000. p. 655-671.

A RESPOSTA DOS “CRIoulos LUANDENSES” AO INTENSIFICAR DO PROCESSO COLONIAL EM FINAIS DO SÉCULO XIX.¹

Marcelo Bittencourt²

O título proposto ao referir o termo “crioulos luandenses” estabelece logo à partida alguns dos passos que deveremos discutir no decorrer dessa apresentação. O primeiro deles diz respeito ao uso do termo crioulo, como instrumento de análise da história e da sociedade angolana. Utilização essa que já possui sua própria história.

O primeiro autor a estudar de forma mais detalhada a criouldade em Angola foi Mário António de Oliveira.³ Ele afirma que tal grupo seria fruto de pequenos núcleos populacionais resultantes da penetração portuguesa na África, restrita a uma faixa litorânea pontuada por portos para o comércio de escravos, além de uma pequena inserção nas margens do rio Cuanza, através da construção de presídios e do estabelecimento de mercados ou feiras. A presença crioula teria se consolidado nessas regiões a partir do século XVII e Luanda constituiria o local privilegiado pelos seus componentes.⁴

Para Mário António, a convivência quotidiana entre brancos e negros foi responsável pela interpenetração das culturas africana e europeia, estabelecendo um lento processo de

¹ As reflexões aqui expostas encontram-se desenvolvidas em livro a ser publicado proximamente em Lisboa, pela editora Vega, sob o título *Dos Jornais às Armas. Trajectórias da Contestação Angolana*.

² Pesquisador do Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Candido Mendes e doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense.

³ Jill Dias, «Uma Questão de Identidade: respostas intelectuais às transformações económicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930», in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, Jan/Jun, n.º 1, 1984, 61-94, p. 61, nota 1.

⁴ Mário António de Oliveira, *Luanda, “Ilha” Crioula*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1968, p. 17. Para uma visão detalhada acerca das várias realidades em que se empregou o termo crioulo ver: Mário António de Oliveira, *A Formação da Literatura Angolana (1851-1950)*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1997, pp. 11-18. E José Carlos Venâncio, *Colonialismo, Antropologia e Lusofonias. Repensando a Presença Portuguesa nos Trópicos*.

síntese cultural. Essa composição resultou na formação de (...) *um grupo intermediário entre os europeus da metrópole e a maioria da população negra rural (...)*,⁵ muitas vezes chamado de euro-africano pelas autoridades coloniais. Essa designação ambígua daria conta dos mestiços e dos negros tidos como de “boa posição social”, até que fosse estabelecida uma legislação mais rigorosa no século XX.

Devemos esclarecer, de início, que o termo *crioulo* faz referência a uma mestiçagem de tipo cultural. É a presença simultânea de elementos das culturas africana e europeia no seu comportamento que irá caracterizá-lo como crioulo. Ou seja, é a sua capacidade de atuar nesses dois mundos e realizar uma interligação entre eles.

Para além dessa perspectiva cultural, que nos possibilita identificá-los enquanto um grupo, entendemos que a criouldade comporta indivíduos com interesses divergentes em temas de ordem religiosa, social e econômica. Nossa proposta não implica o encobrimento das fissuras existentes entre os grupos sociais que a alimentam, muitas vezes esquecidas pela literatura.⁶

Acrescentemos também a essa forma de encarar a cultura crioula uma delimitação do ponto de vista regional. Concentramos o foco de observação na cidade de Luanda e nos centros populacionais mais antigos formados no eixo que se estabelece entre essa cidade e a região de Malange. Isso porque essa região sofreu um processo de integração cultural mais intenso e durante um período de tempo muito superior ao das demais cidades, à exceção de Benguela.⁷

Em 1850, o número de componentes desse grupo crioulo não ultrapassaria 1% da população total da colônia e incluiria a maioria dos 5.000 mestiços registrados em 1851. O mundo crioulo era composto por europeus, em sua maioria portugueses, seus descendentes

Lisboa, Vega, 1996. pp. 25-30. Venâncio chama atenção para o fato de que o emprego do termo num determinado contexto sul-americano teria influenciado Mário António mais do que a sua utilização em África, p. 29.

⁵ Jill Dias, «Uma Questão de Identidade: respostas intelectuais às transformações económicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930», p. 61, nota 1.

⁶ A atenção para esse viés surgiu quando das leituras de Mário António e Viriato da Cruz, apesar de, no caso de Viriato, o seu trabalho fazer referência ao momento posterior aquele a que nos referimos. Viriato da Cruz, «Angola: quelle indépendance...», in *Révolution*, n.º 6, *Revue Mensuelle Internationale*, Paris, Février, 1964, pp. 5-16. Mário António de Oliveira, *Reler África*, Coimbra, Universidade de Coimbra/Centro de Estudos Africanos, 1990, p. 348. Mourão também chamou a atenção para tal perspectiva. Ele acredita ter sido a literatura a responsável, em grande parte, pela transmissão dessa imagem, de tal grupo como um todo. Fernando Mourão, *Continuidades e Descontinuidades de um Processo Colonial Através de uma Leitura de Luanda*. Tese de Livre Docência defendida na Universidade de São Paulo (USP) em 1992. pp. 8-9.

⁷ Benguela realmente constitui um caso que se assemelha ao de Luanda e tem sido considerada pela literatura sobre o assunto como uma das “ilhas crioulas” ao lado desta. Todavia, a especificidade do tema, a pesquisa executada e o tipo de abordagem aqui proposto fizeram-nos delimitar este trabalho à região anunciada.

nascidos de relacionamentos com africanas, descendentes de escravos e (...) *africanos de diversas origens, atraídos para a órbita das fortalezas portuguesas como escravos ou como partes interessadas no tráfico de escravos.*⁸

Além do tráfico,⁹ podemos encontrar a presença de uma elite crioula em outras instâncias, como na administração da colônia, no exército, na religião - não só no clero, mas também nas confrarias e irmandades - e até mesmo no judiciário.¹⁰

Essa camada perderá espaço político e econômico, com a expansão colonial de finais do século XIX, agora em novos moldes. A chegada em maior número de homens vindos da metrópole, resultaria na delimitação de espaços estreitos de atuação para os crioulos. E a componente racial passou a servir de forma mais contundente no reforço dessas barreiras.

Numa perspectiva que poderemos considerar mais teórica, um forte motivo para a permanência do termo crioulo está relacionado a sua imbricação com outra categoria de análise: o assimilado. Enquanto o assimilado corresponde a um estatuto jurídico com pretensões de legislar sobre fenômenos culturais, o crioulo é um termo que está ligado a uma perspectiva cultural. Um bom número de trabalhos sobre Angola adota o termo “assimilado”, para definir indivíduos situados numa posição intermédia, sem uma maior preocupação com o aspecto legal de tal termo.

A utilização do termo “crioulo” responde a várias questões. O pressuposto da ideologia colonial é que os indivíduos assimilados teriam se integrado de maneira total à cultura portuguesa, abandonando os vestígios de outras vertentes culturais.¹¹ O estatuto do assimilado não admite a junção ou a interpenetração cultural, que é a marca crioula. A criouliidade implica síntese e a assimilação, da forma como era entendida, opção. Evidentemente, o fato de muitos crioulos terem alcançado tal estatuto - o da assimilação - não significou sua submissão à cultura portuguesa em detrimento da vertente africana. As acomodações foram sendo realizadas paralelamente ao incremento de uma legislação mais

⁸ A população total de que fala Jill Dias refere-se ao território por ela denominado de Angola portuguesa e que a partir de um dado estatístico impressionista, como a própria autora afirma, pode ser estimada entre 300 mil e 400 mil pessoas. Jill Dias, «Uma Questão de Identidade: respostas intelectuais às transformações económicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930», pp. 63-65.

⁹ Joseph Miller, *Way of Death. Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade 1730-1830*. Wisconsin, The University of Wisconsin Press, 1988. Nessa obra de referência sobre o tráfico de escravos a partir de Angola, Miller demonstra como decorreu o processo de fortalecimento desse grupo.

¹⁰ Mário António de Oliveira, *Luanda, “Ilha” Crioula*, p. 26. Joseph Miller, *Way of Death*, p. 248.

¹¹ Adriano Moreira, *Política Ultramarina*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1961, p. 139.

precisa no tocante aos requisitos necessários à obtenção do estatuto. O termo acabaria por assumir um tom pejorativo que seria rechaçado por eles.

Esse repúdio à legislação que define os critérios da assimilação é fácil de ser percebido e entendido. Era uma grande humilhação para os crioulos terem que provar os níveis exigidos de “civilização”, quando na verdade durante muito tempo participaram da vida política e econômica da colônia, em ligação constante com a metrópole.

Outro ponto a considerar diz respeito à limitação legal imposta pela assimilação. Quando nos referimos aos crioulos, fazemos menção não apenas aos que eram oficialmente reconhecidos como assimilados.¹² Chamamos a atenção também para aqueles que não conseguiam o estatuto devido aos interesses contrários dos funcionários coloniais, mas que apesar disso tinham sido definitivamente influenciados pelo modo de vida crioulo, pelo trato com novas realidades e pelo pouco mas suficiente tempo de escolaridade para diferenciá-lo dos demais africanos.

Interessante é que as autoridades coloniais sabiam que a assimilação não dava conta de todos aqueles que participavam dessa cultura crioula e o seu temor era que a contestação ao colonialismo pudesse alastrar-se justamente a partir desse segmento, como se observa nas palavras de Adriano Moreira:

*O problema dos assimilados de facto que não optaram pela lei comum não está estudado e parece urgente fazê-lo. Ignora em que medida estão realmente integrados no que chamamos classe intermédia não-revolucionária, ou podem ser atraídos para uma acção política, porventura ainda mal definida, mas potencialmente revolucionária.*¹³

Essa análise, no entanto, não deve acarretar numa perspectiva de a-racialidade. É evidente que se alguns brancos foram banhados pela criouldade, devido principalmente à

¹² Gerald Bender, *Angola sob o Domínio Português: mito e realidade*. Lisboa, Sá da Costa Editora, 1980. p. 218; e Fernando Mourão, *Continuidades e Descontinuidades de um Processo Colonial Através de uma Leitura de Luanda*, p. 502. As próprias autoridades portuguesas questionavam a capacidade dos dados oficiais em retratar a realidade da assimilação. Ver Adriano Moreira, *Ensaios*. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar/Estudos de Ciências Políticas e Sociais, 1963. p. 43.

¹³ Adriano Moreira, *Política Ultramarina*, p. 142.

sua condição socioeconômica,¹⁴ a grande maioria mantém o discurso racial como barreira legitimadora.¹⁵ Para além disso, é bom frisarmos que o tema racial não se esgota no seio da criouliidade.

É importante afirmar ainda que tanto os crioulos do século XIX e início do século XX quanto os recém-chegados, a partir do pós Segunda Guerra, a esse convívio cultural sincrético, todos esses, não assumem quer o nome de crioulos, quer o de assimilados.¹⁶ No caso do termo crioulo, trata-se de uma construção analítica, que pretende dar conta de um determinado grupo que se apresenta com características históricas e culturais específicas em relação aos demais angolanos e que parte de experiências ocorridas em outros territórios em África e na América Latina.¹⁷ O termo “assimilado”, por sua vez, era uma construção jurídica do colonialismo, um estatuto, que muitos desejavam adquirir, mas que geralmente, quando obtido, não era explicitado gratuitamente e em muitos casos sua utilização se dava com o objetivo de tratar com desmerecimento o outro, retratando uma forma caricatural de comportamento.

Tal procedimento impõe-se pela necessidade de identificar uma camada específica, localizada regionalmente e diferenciada tanto dos colonos quanto da massa africana rural.¹⁸ Além do crioulo e do assimilado, pode-se encontrar na bibliografia sobre o tema outros termos, como “modernos”, “ocidentalizados” e “destribalizados”. Teríamos também os termos “angolenses” e “filhos da terra”, mas esses consistem em autodenominações apenas de parte desse grupo, o que lhes proporciona um enfoque restrito;¹⁹ lembremos que na Liga

¹⁴ Quanto a isso, é muito elucidativa a entrevista de Luandino Vieira a Michel Laban, na qual o escritor afirma que na sua infância e adolescência abraçou (...) *valores culturais africanos, valores populares angolanos*. Nessa entrevista tem-se também noção da importância da condição socioeconómica do branco como factor capaz de inseri-lo na criouliidade; não que isso significasse a sua adesão a um compromisso anticolonial, pois muitos partiam em direcção oposta, radicalizando sua postura racial na tentativa de melhorar tal condição, mas a partir dessa situação poderia surgir uma atitude diferenciada. Michel Laban e outros. *Luandino. José Luandino Vieira e a sua Obra (estudos, testemunhos, entrevistas)*. Lisboa, Edições 70, 1980, pp. 13-14.

¹⁵ Existem também os brancos que, não pertencendo a esse mundo crioulo, estavam conscientes de que aquela era sua terra e que as injustiças existentes deveriam cessar. Possuem, portanto, uma perspectiva mais “militante”.

¹⁶ Quanto ao tema da “angolanidade especial” dos crioulos, ver Michel Cahen, «Angola, Moçambique: que futuro para os crioulos?», in *InformÁfrica Confidencial*, n.º 63, Jul 94, pp. 18-19.

¹⁷ A esse respeito já foram indicados os trabalhos de: Mário António de Oliveira, *A Formação da Literatura Angolana (1851-1950)*; e José Carlos Venâncio, *Colonialismo, Antropologia e Lusofonias*.

¹⁸ Mesmo os autores que não estão directamente preocupados com tal tema defrontam-se com a impossibilidade de fugir à discussão. É o caso, por exemplo, de Mourão, que, ao falar de Luanda, aponta uma divisão entre os negros (...) *tradicionais e os inseridos no mundo moderno, que são chamados na literatura colonial de “civilizados” e, mais tarde, assimilados*. Fernando Mourão, *Continuidades e Descontinuidades de um Processo Colonial Através de uma Leitura de Luanda*, p. 502

¹⁹ Para o caso do termo angolense, o seu uso também escapa a maiores padronizações ao longo da história. Ver por exemplo a sua aplicação em: António de Almeida, “Relações com os Dembos. Das Cartas do Dembado de Kakulu-Kahenda.” In: *I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo*, 4. Secção, Lisboa, 1938. Esse autor, por

Angolana, por exemplo, durante parte desse período utilizava-se os termos “nativo civilizado” e “cidadão”.

É bom que se diga que estamos discorrendo sobre um tema ainda em estágio de acirrada discussão, o que tende a aumentar o grau de dificuldade da avaliação, já que as contribuições aparecem conforme os novos questionamentos vão sendo lançados.

A idéia aqui subjacente é a de que a cultura crioula resulta de uma interpenetração de aspectos culturais de origem africana - corriqueiramente chamados de “tradicionais” - com os de origem europeia - que recebem geralmente o nome de “modernos”. Essa interpenetração se fará presente no caso angolano na forma cadenciada de falar o português, na utilização de vocábulos kimbundu que traduzem hábitos bem específicos do cotidiano, no ritmo da música, na culinária, no jeito de dançar muito próprio, no vestuário, na representação reivindicativa, na organização familiar, na disputa por um reconhecimento social diferenciado, nas cerimônias religiosas, no cuidado com a educação, na acumulação de prestígio familiar, em festas populares como o carnaval - espaço não só de lazer, mas também de confabulação política -, na lembrança de uma “idade de ouro” - quando detinham certo espaço econômico e social -, entre outras.²⁰

A propósito, destaquemos o contato com a religião cristã, sobretudo a católica, no processo de “criação” da cultura crioula, como, por exemplo, na forma de organização familiar. Sem ser a família nuclear católica, a crioula possui elementos de nuclearidade diferentes da família tradicional. A proximidade católica forneceu ainda uma ética e uma moral que influenciou todos que estavam à sua volta, mesmo sem ser católicos.

É a capacidade de circulação e de atuação entre esses mundos demonstrada já há muito tempo que diferencia o crioulo dos demais angolanos. Os crioulos não podem dar sinais de que perderam as raízes africanas, ao mesmo tempo que tentam passar esse conhecimento embalado numa forma moderna. A distinção entre a tradição e a modernidade, tema dos mais apreciados quando se fala de África, não deve existir para o crioulo. Ele representa essa síntese. A confluência é sempre o objetivo, pois a modernização isolada, sem a tradição, representaria a assimilação.

sua vez, prefere o termo luso-africano para determinar tal grupo. Temos ainda a retomada do termo angolense, em período recente, por um periódico angolano, partindo de uma perspectiva muito mais ampla do que a pretendida à época em questão.

²⁰ Foi-nos muito útil, na construção de nossa forma de olhar a cultura crioula, o texto de Roberto da DaMatta sobre o social e o cultural. Roberto DaMatta, *Relativizando*, Rio de Janeiro, Rocco, 1991, pp. 47-58.

Por outro lado, as leis portuguesas de assimilação não iriam criar cultura, constituíram apenas normas de relacionamento jurídico entre o colono e o colonizado. O convívio cotidiano é que irá marcar parte daqueles que até então estavam afastados dos núcleos urbanos e do poder português.

Essa confluência não implica, por exemplo, a negação de um certo elitismo das grandes famílias crioulas.²¹ Este é mais um dado na síntese cultural crioula. São valores que, ao que tudo indica, estavam presentes na criouldade, assim como a consciência da sua historicidade e a exaltação de um período anterior fixado na memória como sinônimo de um melhor posicionamento tanto social quanto econômico. Além da permanente ambigüidade em relação quer aos colonos quer aos demais africanos.²²

Tentando clarificar ainda mais nossa concepção, podemos afirmar que a criouldade permite enxergar maneiras diferentes de realizar a síntese cultural, que, por sua vez, irão gerar diferentes graus de crioulização e estarão ligadas ao local de origem do indivíduo, ao tipo de contato com o colonialismo português e ao seu acesso à educação. Entendemos, porém, que, apesar desses graus diferentes, a característica básica estará mantida: a capacidade de operacionalizar a aproximação de eixos culturais diferentes e a busca pelo reconhecimento de um posicionamento social específico que em grande parte reside num invocar da sua história enquanto grupo. Não há nem assimilação, nem rejeição por completo. A confluência é que determina a criouldade.

Todavia, o termo ou suas derivações, tem sido utilizado sem grandes preocupações por autores que analisam a sociedade angolana em sua conjuntura atual. Não devemos, portanto, deixar de realizar a devida recuperação das nuances históricas que estarão presentes no desdobramento desse grupo e no fato de o termo ter sido criado com o objetivo inicial de retratar uma realidade específica.

Afirmemos, porém, que sua utilização por muitos autores contemporâneos não se dá apenas por ser um bom nome, que carrega uma inteligibilidade acerca da interpenetração cultural; ela ocorre também porque existe uma permanência e uma continuidade de uma série de nomes de algumas daquelas famílias identificadas como componentes desse grupo.

²¹ Sobre esse ponto vale lembrar a entrevista de Mário de Andrade a Michel Laban, onde fala na proibição do seu pai ao namoro da filha, dada a história da família do pretendente. Ou ainda quando utiliza o termo "lumpen-aristocracia". Michel Laban, *Mário Pinto de Andrade. Uma Entrevista*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1997, pp. 11-12 e 35.

²² A questão da ambigüidade é muitas vezes referenciada por Mário António de Oliveira, *A Formação da Literatura Angolana (1851-1950)*.

Apesar de não estar diretamente associado ao nosso estudo, podemos afirmar que a utilização pouco criteriosa do termo crioulo para se definir um grupo política e economicamente forte que existiria junto ao governo angolano neste fim de século XX deixa a desejar no que diz respeito à sua operacionalidade. A linha divisória entre os elementos desse grupo e os indivíduos frutos da crescente urbanidade iniciada nos anos 60 e agravada no pós-independência, principalmente em Luanda, é muito tênue. Facilmente se pode cair numa “crioulização” das elites angolanas.

Sobre esse ponto é evidente a responsabilidade dos que discutem o assunto, pois apesar de estarem, em boa parte dos casos, fornecendo material para o debate, digamos acadêmico, devem contar com a possibilidade de utilização política de suas elaborações.²³ Por outro lado, continua sendo possível argumentar no âmbito “das idéias” que a criouldade não é a melhor forma de se analisar a tal camada ou grupo de que estamos falando. Porém isso, dificilmente implicará no fim do uso político e até mesmo cotidiano do termo. Nesta perspectiva, é bom que se recupere para a discussão a utilização em seu contexto inicial antes de se propor qualquer avanço.

Sendo assim, cabe ainda uma última lembrança a respeito da aproximação por vezes feita entre luso-tropicalismo e criouldade e com a qual não concordamos. O luso-tropicalismo é uma teoria explicativa com a ambição de dar conta do modo de inserção do “português” nos trópicos e, posteriormente, foi utilizada politicamente como tal.²⁴ Enquanto a criouldade, pelo menos na perspectiva aqui apresentada, quando tratada no contexto angolano, pretende dar conta de uma realidade específica, contextualizada no tempo e no espaço. Esta situação não se processou da mesma forma em todos os lugares que foram alvo da colonização portuguesa.

Passadas as considerações teóricas voltemos a Angola de meados do século XIX, quando se processa um período de transição na situação dos crioulos.

A delimitação da cidade de Luanda em dois planos principais já se apresentava estabelecida. Na parte baixa, próxima do mar, encontrava-se a área comercial, incluindo

²³ Essa é uma das críticas de Venâncio ao trabalho de Gilberto Freyre. José Carlos Venâncio, *Colonialismo, Antropologia e Lusofonias*, p. 24.

²⁴ A crítica ao luso-tropicalismo é por demais conhecida para voltarmos a ela neste momento.

ainda as casas dos traficantes com seus quintais, onde se comprimiam os escravos. Na parte alta, situava-se o poder administrativo, militar, judiciário e também religioso.²⁵

Por essa época, algumas dessas famílias crioulas coordenavam parte do comércio com o interior de Angola, através de relações de parentesco.²⁶ Uma característica definidora desse grupo crioulo seria a propriedade individual de terras e bens móveis, o que acarretava a transmissão de bens por testamento, possibilitando a sua acumulação pelas famílias.²⁷

O núcleo central, formado pelas grandes famílias luandenses, tendia a manter-se tão branco quanto possível pelo casamento de suas filhas com oficiais das marinhas portuguesa e brasileira, o que não impedia, porém, que se aproximassem, também pelo casamento, das famílias crioulas do interior, predominantemente negras. Estas controlavam o comércio e a administração colonial a leste de Luanda e possuíam (...) *um maior grau de africanização e ligações mais íntimas às elites africanas.*²⁸

Para além da importância das famílias, o que foi até ao momento exposto aponta para um outro dado muito interessante, que diz respeito à possibilidade de ascensão econômica e social de negros e mestiços. Mário António, numa discussão acerca da participação dos naturais no comércio de escravos, cita alguns indivíduos que conseguiram enriquecer em decorrência dessa atividade empresarial.

Esse mundo crioulo, na concepção de Mário António, permitiria a ascensão social e financeira dos indivíduos independentemente da sua cor. A construção desse cenário de “liberalidade racial”, no entanto, não ajudava a explicar por que isso ocorria. Para tal

²⁵ Fernando Mourão, «Luanda: coexistência e ruptura do espaço africano e do espaço europeu. Problemas metodológicos», in *Construção e Ensino da História de África*, Atas do colóquio realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, de 7 a 9 de Junho de 1994, pp. 429-442. Quanto à “montagem” da cidade de Luanda e sua relação com os objetivos militares e religiosos ver Fernando Mourão, *Continuidades e Descontinuidades de um Processo Colonial Através de uma Leitura de Luanda*; e José Carlos Venâncio, *A Economia de Luanda e Hinterland no Século XVIII. Um Estudo de Sociologia Histórica*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, pp.31-54.

²⁶ Serrano, na sua tese, cita um caso interessante ocorrido em 1896 em Benguela-Velha, no litoral, onde os vários casamentos de um comerciante correspondem ao seu itinerário comercial até Bié, no Planalto Central. Carlos Serrano, *Angola: nasce uma nação*. Tese de Doutoramento defendida no Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP) em 1988. pp. 68-69.

²⁷ Jill Dias, «Uma Questão de Identidade: respostas intelectuais às transformações económicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930», p. 64. A esse respeito, uma autoridade governamental salientava em 1918, como efeito da assimilação europeia, a passagem da herança de pai para filho e não segundo as orientações matrilineares. Ver Ferreira Diniz, *Populações Indígenas de Angola*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918, p. 24. Mourão, no entanto, informa-nos que, de acordo com suas entrevistas, constatou a existência de algumas famílias, principalmente nos anos 30 do século XX, que perderam a sua força devido à divisão dos bens entre os vários filhos reconhecidos como tal quando da morte do chefe de família. Fernando Mourão, *Continuidades e Descontinuidades de um Processo Colonial Através de uma Leitura de Luanda*, p. 250.

²⁸ Jill Dias, «Uma Questão de Identidade: respostas intelectuais às transformações económicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930», pp. 65-66.

contribuíram os relatos de viajantes assustados com a heterogeneidade racial das reuniões no palácio do governo em Luanda.²⁹

No entanto, a multirraciedade na verdade revelava a fragilidade da presença do Estado português na colônia. E foi essa fragilidade, materializada na falta de mão-de-obra capacitada, que teria propiciado o aproveitamento em grande escala dos filhos da terra, alguns com escassa formação, em cargos na administração. Foi também por conta disso que até mesmo os deportados foram aceites na função pública.³⁰ Tal fragilidade permitiria ainda a criação de uma sociedade desregulamentada em que muitas das pessoas vinculadas ao tráfico de escravos não possuíam maiores enraizamentos na terra. Devido a essa condição de excepcionalidade, não havia uma definição clara de valores. Muitos encaravam a região como um local passageiro, agravado pelo clima reinante na época, de aventura e contestação às ações pelo fim do tráfico. Além do mais, aqueles homens e mulheres vinham de todos os extratos sociais e regiões possíveis, tornando difícil maiores padronizações dos comportamentos sociais e, conseqüentemente, raciais.

Da mesma forma, a grande rentabilidade do tráfico, principalmente em sua fase ilegal – a partir de meados da década de 30 –, produzia a ascensão financeira de ilustres desconhecidos. Em suma, os traços de permeabilidade social e racial encontrados devem ser entendidos como o resultado de um processo socioeconômico muito específico, próprio daquela sociedade e daquele momento histórico determinado.³¹

Há, no entanto, uma certa concordância entre os historiadores de que essa permeabilidade foi sendo extinta a partir de meados do século XIX, à medida que se implementava o processo de colonização. Apesar disso, o governo salazarista utilizou tal concepção, em meados do século XX, como prova do caráter excepcional do povo português no que diz respeito ao relacionamento racial. Dessa forma, o estudo da cultura crioula acabou por ser instrumentalizado na divulgação da ideologia luso-tropicalista.³²

²⁹ O título de uma das passagens de seu livro é o seguinte: «A Sociedade Emergente do Tráfico: uma democracia racial». Mário António de Oliveira, *Alguns Aspectos da Administração de Angola em Épocas de Reformas (1834-1851)*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1981. pp. 33-37.

³⁰ Anne Stamm, «La Société Créole à Saint-Paul de Loanda dans les Années 1838-1848». In: *Revue Française d'Histoire d'Autre-mer*. Tome LIX, n.º 217, 578-609. p. 584.

³¹ Venâncio também chama atenção para esse fato conjugando suas idéias com os estudos de Immanuel Wallerstein. José Carlos Venâncio, *Colonialismo, Antropologia e Lusofonias*, p. 23.

³² E, por se ter dedicado a tal estudo, Mário António foi acusado por muitos angolanos independentistas de estar fazendo o “jogo” do colonialismo português. Isso porque sua análise acerca dessa sociedade, para ele multirracial, fora realizada em 1968, durante a política portuguesa de enaltecimento do luso-tropicalismo.

A partir de meados do século XIX, o processo de transformações econômicas mundiais e da política portuguesa iria renovar o interesse da metrópole por Angola. A diminuição das exportações de escravos acarretaria a reorientação das perspectivas econômicas dos comerciantes luandenses,³³ interessados agora em fazer um novo comércio com o interior, baseado no marfim, na cera e na borracha.³⁴ Esses novos empreendimentos comerciais acabariam por minar o antigo sistema clientelista de algumas das famílias crioulas.

O fim do tráfico de escravos em grande escala para o Brasil obrigou crioulos e não-crioulos, que participavam na empresa do tráfico, a valorizar outras vias de sustentação, nas quais, alguns deles, já ensaiavam os primeiros passos.³⁵ A mais lucrativa seria a exportação de mão-de-obra forçada, os chamados “serviçais”, para as plantações de São Tomé.³⁶

Outra alternativa adotada pelos crioulos mais abastados e com maior proximidade em relação ao interior foi a utilização dos seus escravos em explorações agrícolas. O que se mostrou frágil em virtude das fugas, facilitadas pela vizinhança de regiões não conquistadas, e pelo surgimento de uma legislação que pretendia abolir antes do fim do século XIX a escravatura. A expropriação das suas terras pelos portugueses, sobretudo em época posterior, contribuiu igualmente para o fracasso dessa atividade, além dos períodos de estiagem e das epidemias. Uma outra alternativa a tal situação era obter um cargo público.

Os crioulos, principalmente os que sofreram maior constrangimento com as mudanças do comércio, para além dos que se mantiveram numa faixa intermediária ligada ao funcionalismo público e às profissões liberais, passaram a sofrer, então, as conseqüências do aumento da imigração portuguesa. A reestruturação do comércio e a chegada de um número maior de portugueses marcaram o início do processo de consolidação do sistema

³³ O tráfico de escravos não se esgota neste momento e continua até finais do século por ação de agentes isolados, via contrabando, e numa escala infinitamente menor. Os receptadores encontravam-se agora noutras lugares, como Cuba, por exemplo.

³⁴ Neste comércio, porém, a hegemonia africana do interior parece submeter as pretensões comerciais vindas do litoral à sua forma de atuar. Ver Isabel Castro Henriques, «Tempo e Contratempo no Espaço Angolano do Século XIX», comunicação apresentada no seminário *A Literatura de Viagem e os Descobrimentos Portugueses*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Novembro de 1988.

³⁵ Sobre esse tema, ver a dissertação de Mestrado de Roquinaldo Amaral Ferreira. Segundo ele, os principais comerciantes luandenses há muito tempo que transitavam por esferas do comércio lícito e esse novo cenário viria a aprofundar tal atividade. A dissertação foi defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1996, com o seguinte título: *Dos Sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola, 1830-1860*.

³⁶ O temor pela exportação dos chamados “serviçais” era muito grande devido à certeza de que eles jamais voltariam daquelas plantações. Além disso, eram conhecidos os maus-tratos e os perigos de não sobreviverem à viagem. Ver Adelino Torres, *O Império Português entre o Real e o Imaginário*, Lisboa, Escher, 1991, p. 217.

colonial. O desdobramento disso, para os crioulos, foi que os não-brancos do grupo (...) *perderam a sua posição econômica e foram então marginalizados das posições sociais ocupadas no aparato colonial – tornando-se uma pequena burguesia assalariada –, enquanto eram excluídos dos matrimônios e das relações sociais entre adultos com os brancos.*³⁷

Esse grupo, apesar do processo de “regressão social” que sofreu, manteve a sua tradição cultural com base na experiência “multirracial” dos jovens nas escolas e na igreja católica, continuando assim a viver e a ter relações sociais com os antigos segmentos que formavam o grupo original.

A população branca em 1845 saltou de 1.832 para 9.198 pessoas, em 1900.³⁸ Esses novos imigrantes, de uma forma geral, não detinham elevadas qualificações técnicas, em muitos casos nem mesmo compatíveis com a de alguns quadros crioulos,³⁹ o que irá gerar uma forte contestação, como podemos observar num dos periódicos da época:

*E não é raro, - mormente nas nossas colônias africanas, para onde a metropole despeja a escória da sua sociedade depauperada e tão heterogeneamente mesclada, - ver-se, em cada um d'esses grupos, a par do funcionario honesto, o prevaricador convicto; ao lado do industrial consciencioso, o especulador desavergonhado; com o commerciante honrado, o gatuno amalandrado; de parceria com o agricultor solícito, o famigerado bandoleiro; em summa: o cidadão mais prestimoso e honrado, nivelado ao [bandido] mais aviltado!*⁴⁰

Isso contribuiu, a par com a reduzida capacidade financeira dos novos colonos, para uma radicalização do fator racial, pois este passou a ser um obstáculo intransponível para mestiços e negros.

³⁷ Christine Messiant, *Social and Political Background to the “Democratization” and the Peace Process in Angola*. Leiden, African Studies Centre/Seminar Democratization in Angola, 18 de setembro de 1992. p. 16.

³⁸ Gerald Bender, *Angola sob o Domínio Português: mito e realidade*, p. 47.

³⁹ Os dados levantados por Orlando Ribeiro indicam que em fins do século XIX 12% dos brancos eram degredados. Orlando Ribeiro, *A Colonização de Angola e o seu Fracasso*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1981, p. 132. Ver também Gerald Bender, *Angola sob o Domínio Português: mito e realidade*, p. 96.

⁴⁰ Texto extraído do editorial de apresentação do jornal *O Imparcial*, n.º 1, assinado por Carlos de Vasconcellos, que era proprietário e redator principal, Luanda, 26 de Abril de 1894, p. 1. A coleção em estado precário encontra-se na BML (Biblioteca Municipal de Luanda), n.º de registro 4.645, estante 40, prateleira 3.

Iniciava-se desta forma um novo ciclo. (...) *Tratava-se do processo de constituição da mão-de-obra africana em força de trabalho em África (...), razão de ser da penetração do capital no continente.*⁴¹ Essa modalidade de expropriação disseminou-se por regiões até então não penetradas, acirrando e ampliando a questão racial. A regulamentação dessa exploração foi sendo moldada lentamente.

O fim do tráfico e, posteriormente, da escravidão alterou também a disposição habitacional da cidade de Luanda. Se antes os comerciantes e funcionários de origem metropolitana, bem como os colonos em geral, se interessavam em ter próximos de si os escravos para os comercializar e utilizar em serviços domésticos e outros, a partir dessas alterações comerciais e legais, passaram a impor uma série de artimanhas políticas a fim de expulsar o “gentio” para a parte alta da cidade e, mais ainda, para a parte desabitada, coberta de areia. Tal projeto atingiria, posteriormente, também os crioulos. Crescem assim os musseques,⁴² que traduzem, portanto, uma prática de expropriação e abusos e comprovam uma nova forma de encarar Luanda por parte dos colonos.⁴³

Portanto, o mesmo Estado, que anteriormente proporcionara cargos importantes aos crioulos, não tanto pela remuneração, mas mais pelas vantagens estratégicas face às potencialidades comerciais existentes, passou então a ser encarado de forma diferente. Os cargos no aparelho administrativo da colônia se transformariam num espaço vital para a sobrevivência dessa camada crioula. Da mesma forma, a igreja e o Exército constituíram importantes espaços de mobilidade social para os crioulos menos abastados. Contudo, as queixas de discriminação contra eles multiplicaram-se. Essa disputa, a princípio circunscrita aos cargos de maior prestígio, com o tempo alargou-se a todo o funcionalismo público.

Como resposta, os crioulos mais seriamente atingidos passaram a contestar de forma aberta e intensa as novas orientações da metrópole. Se antes do fim do tráfico as críticas de alguns crioulos ao colonialismo se centravam nas leis que inibiam tal comércio, a partir de

⁴¹ Carlos Fortuna, «Em Nome de Deus e ...do Lucro», in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.ºs 4 e 5, Janeiro-Dezembro, 1986, pp. 321-329. Esse texto é uma resenha do livro: Gervase Clarence-Smith, *O III Império Português, 1825-1975*, Lisboa, Teorema, 1985.

⁴² Para Ilídio do Amaral, os musseques de Luanda (...) *quase nasceram com a cidade: primeiro sob a forma de quintais onde os traficantes de escravos acumulavam as suas “peças” para exportação, depois sob a forma de aglomerados de cubatas*, localizados nos bairros mais afastados da cidade baixa. Ilídio do Amaral. *Luanda. Estudos de Geografia Urbana*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, n.º 53, 1968, pp. 54-56 e 115-116.

fins do século XIX elas assumem outra conotação e também novos adeptos. As reivindicações passam, no fundo, a justificar a sua manutenção no novo cenário enquanto grupo privilegiado, agora com a crescente presença do Estado português. Procuravam assim uma maior diferenciação em relação à massa africana. Todavia, com o avolumar das dificuldades e o acirramento da postura colonial, as fissuras existentes manifestaram-se e os intelectuais crioulos, como elementos mais dinamizadores dessa fase contestatária, não conseguiram manter um discurso abrangente que os congregasse a todos.

O canal utilizado para a explicitação desse desejo é, prioritariamente, a efervescente imprensa luandense de finais do século XIX. O tom inflamado, porém, raramente excede os pedidos de reforma do novo controle colonial e de aumento das oportunidades junto à administração.⁴⁴ A manutenção do vínculo com o Estado colonial ficava cada vez mais difícil, dada a progressiva concorrência dos novos colonos, pelo que as autoridades coloniais, aumentando as dificuldades para o ingresso dos crioulos na administração, passaram a exigir, em alguns casos, graus de escolaridade dificilmente obtidos em Angola.⁴⁵

É de notar, que com as alterações de meados do século se foram juntar aos antigos integrantes da camada crioula famílias mais recentes na colônia, também elas de descendência africano-européia. Da mesma forma, algumas famílias negras do interior passaram a dar força às reivindicações do núcleo litorâneo, montando-se, assim, um vasto leque contendo diversos segmentos do grupo crioulo que passaram a aderir às contestações daqueles que se autodenominavam “angolenses” ou “filhos de Angola”⁴⁶ e que não se contentavam com a sua situação, como no trecho a seguir:

(...) os filhos da colónia que possuem qualidade necessária estão a ser regularmente privados de empregos, em benefício de ratazanas que nos mandam de

⁴³ Alguns dos comportamentos cotidianos dessa elite colonial pós-tráfico, com forte peso dos novos colonos e cada vez mais excludente em relação aos crioulos, foram analisados em: Maria João Martins, «Formas de Vida das Elites», in *História*, Lisboa, Ano XX (nova série), n.º 1, Abril, 1998, pp. 22-25.

⁴⁴ Wheeler ressalta a liberdade de expressão nesse período, quando comparada com o período pós-Salazar. Douglas Wheeler, «Origins of African Nationalism in Angola: assimilated protest writings, 1859-1929», in Ronald Chilcote (ed.), *Protest and Resistance in Angola and Brazil*, California, University of California Press, 1972, 67-87, p. 70.

⁴⁵ Pedro Ramos de Almeida, *História do Colonialismo Português em África*, Lisboa, Editorial Estampa, 1979, p. 14. Ao dizer dificilmente obtidos, levamos em consideração o ensino de carácter particular ministrado por sacerdotes e ex-sacerdotes, além do ensino religioso. Mário António apresenta estas alternativas ao lado do autodidatismo. Mário António de Oliveira, *A Formação da Literatura Angolana (1851-1950)*, pp. 163-164.

*Portugal. Não empregam as suas inteligências para civilizar um povo, pelo qual não tem respeito nenhum, e isto prova-se por aquele dito vulgar (com preto e mulato nada de contrato).*⁴⁷

Esse processo passou, em alguns casos, por uma redescoberta identitária e por um conhecimento mais aprofundado da língua Kimbundu, predominante na região.

Essa consciencialização dos crioulos e da percepção do que se passava em África permitiram que, mesmo antes do final do século XIX, tal grupo, embora não coeso nas suas propostas,⁴⁸ questionasse a capacidade portuguesa de desenvolver a colônia. Não se discutiam idéias de desenvolvimento e civilização e sim a fragilidade de Portugal.

Em artigo publicado no jornal *O Futuro d'Angola*, José de Fontes Pereira, o representante mais radical desse segmento e por muitos considerado o principal articulador do “nativismo” – termo utilizado por muitos historiadores que tratam desse período de contestação –,⁴⁹ explicita um posicionamento ainda mais contestador:

*Se a metropole quer fazer distincções entre filhos d'um paiz dominado e os da nação dominadora: se não quer equalal-os nas regalias e liberdades concedidas aos ultimos que os abandone, e deixe ao seu arbitrio escolher um protector, mas não um conquistador.*⁵⁰

⁴⁶ Jill Dias, «Uma Questão de Identidade: respostas intelectuais às transformações económicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930», pp. 62 e 75.

⁴⁷ Artigo de José de Fontes Pereira publicado no periódico *O Futuro d'Angola*, em 1882, cit. em Fernando Gâmbôa, «A Independência de Angola: metamorfoses de um conceito num periódico oitocentista», in *Os Periódicos como Fonte de Pesquisa Histórica. A Imprensa Escrita de Angola do séc. XIX*, Luanda, Arquivo Histórico Nacional, 1993, pp.21-25.

⁴⁸ Uma excelente amostragem da diversidade de posicionamentos existente na imprensa angolana encontra-se em: *Os Periódicos como Fonte de Pesquisa Histórica*.

⁴⁹ Fontes Pereira foi identificado por Henrique Guerra como precursor do moderno nacionalismo angolano no seu prefácio ao livro de um outro intelectual crioulo, António de Assis Júnior, *Relato dos Acontecimentos de Dala Tando e Lucala*, Cuba, Ediciones Cubanas/União dos Escritores Angolanos, 1985, p. 15. Pélissier diz que Fontes Pereira e outros fariam parte de um protonacionalismo. René Pélissier, *La Colonie du Minotaure. Nationalisme et Revoltes en Angola (1926-1961)*, França, Pélissier, 1978, pp. 213-235.

⁵⁰ Este trecho é uma citação que o autor extraiu de um outro texto publicado anteriormente no mesmo jornal e deu lugar a uma polémica nos periódicos da época. Ver *O Futuro d'Angola*, anno 3, n.º 47, Luanda 30 de Setembro de 1886, p. 1, BML, n.º de registro 4.650, estante 40, prateleira 3.

Boa parte dos crioulos, no entanto, dificilmente transformavam as suas reclamações em idéias separatistas, como a proposta por Fontes Pereira.⁵¹ O que não impediu o republicano José de Macedo, defensor de uma postura de maior autonomia para Angola, de identificar tais pretensões:

*Porque é preciso que isto se saiba, que isto se diga, bem alto: em Angola há uma, embora pouco poderosa, mas em todo o caso latente, corrente separatista. Ninguém que lá tenha vivido desconhece que não só entre os indígenas civilizados (e há os que honram o seu nome) como entre os colonos europeus, existe uma acentuada manifestação de hostilidade, que nem pelas armas, nem pela maior centralização se poderá já extinguir.*⁵²

Se olharmos a partir de uma perspectiva mais ampla, veremos que todo esse processo dava largas ao expansionismo europeu sobre África, o qual – no caso angolano – teve como característica peculiar a existência de “postos avançados” no território. Evidentemente que, nas duas últimas décadas do século XIX, se dá um novo ímpeto, quando as principais nações colonizadoras da Europa passam a articular e a definir de maneira mais rigorosa as suas possessões coloniais.⁵³

Portugal, por sua vez, deparou com grandes dificuldades militares para subjugar as populações fora do eixo comercial existente, só o conseguindo nos anos 20 deste século. Para tanto, contou com o apoio dos crioulos que ocupavam postos entre a oficialidade do Exército colonial. Essa participação foi exaltada, em muitos casos, pelos crioulos como prova da sua diferenciação em relação ao gentio e de lealdade ao governo português.⁵⁴

Como consequência de seu posicionamento intermediário nessa expansão, os crioulos estavam impossibilitados de avançar nas suas reivindicações, não indo além, na grande maioria dos casos, de pedidos para uma maior autonomia da colônia. O temor de uma

⁵¹ Todavia, Valentim Alexandre apresenta-nos «Um Apelo à Revolta Armada em Angola», que seria um manuscrito elaborado em Luanda, em 1874, pela camada que o autor identifica como de “negros e mestiços europeizados”. Valentim Alexandre, *Origens do Colonialismo Português Moderno (1822- 1891)*, pp. 162-163.

⁵² José de Macedo, *Autonomia de Angola*, Lisboa, Centro de Sócio-Economia/Instituto de Investigação Científica Tropical, 2.^a edição, 1988, p. 83. Este livro foi publicado pela primeira vez em 1910.

⁵³ Henri Brunschwig, *A Partilha da África Negra*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1993; e J. M. Mackenzie, *A Partilha da África 1880-1900*, São Paulo, Ática, 1994.

rebelião dos não-crioulos, ou incivilizados, impedia maiores pretensões. As preocupações centravam-se na crescente discriminação que vinham sofrendo por parte do governo e dos metropolitanos. Em carta de 1901, Carlos Botelho de Vasconcelos, tenente de cavalaria, ex-proprietário do jornal *O Imparcial*,⁵⁵ critica as acusações feitas pelo articulista de um jornal ao “preto boçal”, num texto carregado de lamentações contra tais discriminações, ao mesmo tempo que tenta marcar a diferença dos crioulos em relação à massa de incivilizados:

*Há mais de quatro séculos se acha Angola em poder de Portugal, ao passo que as colônias estrangeiras ocupadas há poucos anos vão prosperando, e os seus dirigentes não lançam às faces dos naturais insultos como a GAZETA arrojadamente o fez a este povo tão pacífico. (...) Deviam neste momento surgir das sepulturas um Mattoso da Câmara, um Salles Almeida, um Africano Ferreira, um Fontes Pereira, um Arantes Braga, um Carlos da Silva e um Arcénio de Carpo, pretos civilizados, que não ficariam em silêncio, sem desafrontar a população indígena, tão vil e cobardemente insultada.*⁵⁶

No entanto, a lembrança da luta empreendida por nomes ilustres da criouldade não mais se adequava ao momento em questão. O incremento das ações colonialistas em busca de maior exploração do território angolano e o aumento da imigração portuguesa, conseqüentemente, escasseando as oportunidades para os crioulos, provocaram o acirramento das divisões em tal grupo. Esse fenômeno pode ser observado num outro artigo de 1901, também endereçado em resposta às acusações estampadas na *Gazeta de Loanda*, onde, ao lado da crítica à discriminação, já deixava clara a fissura do grupo crioulo:

⁵⁴ Mário António aponta esta ambiguidade dos crioulos, divididos entre os portugueses e a defesa dos “irmãos de raça”, como uma das marcas da criouldade. Mário António de Oliveira, *A Formação da Literatura Angolana (1851-1950)*, p. 264.

⁵⁵ *Os Periódicos como Fonte de Pesquisa Histórica*, p. 16; e Júlio de Castro Lopo, *De Angola do Passado. Apontamentos de Jornalista*. Coimbra, Atlântida Editora, 1969. pp. 25-26.

⁵⁶ Carlos de Vasconcelos, carta de Abril de 1901, Luanda, endereçada ao jornal *Gazeta de Loanda*, cit. em Maria do Céu Carmo Reis e Mário de Andrade (org.), *Ideologias da Libertação Nacional*, textos de apoio ao curso do mesmo nome realizado entre 6 de Maio e 19 de Julho de 1985 na Universidade Eduardo Mondlane. Essa carta faz parte dos textos publicados em *Voz de Angola Clamando no Deserto*. Lisboa, União dos Escritores Angolanos – Edições 70, 1980. Nessa publicação recebeu o título «Um Protesto», pp. 71-74. No entanto, neste último texto não aparece o nome do autor.

A vós angolanos me dirijo, pela extraordinária sensibilidade que me causou a nova de muitos de vós se terem esquivado a partilhar na publicação deste folheto, para que fique bem gravado nas vossas consciências que, em lutas desta natureza, promovidas por ofensas dirigidas a uma coletividade, e pelas quais a dignidade ofendida exige plena reparação, não é lícito a nenhum filho de Angola afastar-se (...) não são as riquezas, as excelentes posições que, casualmente, ocupamos na sociedade, nem as nossas conveniências particulares, que nos inibem de abraçar uma causa justa (...). Mas, quando mesmo, admitida a possibilidade de vos não julgardes ofendido, como indígena, com as sandices desse jornal, porque não tendes costela negra, deveríeis ao menos lembrar-vos que fazendo-o não seria por vós, mas pelos vossos antepassados, porque estes certamente descenderam da costela negra, e Deus sabe se dalguma preta boçal.⁵⁷

A proximidade ao poder central dos que viviam em Luanda, dava-lhes um acesso mais fácil à carreira administrativa. A própria cor da pele, que até então não havia sido posta em questão de forma explícita no interior do grupo crioulo, assumiu a condição de elemento diferenciador, juntamente com os antecedentes familiares e o estatuto social. O fato de pertencer a uma família tradicional de Luanda e ter a pele o mais clara possível passou a influir positivamente na ascensão social e profissional do indivíduo.

Se torna mais nítida a diversidade de atitudes e discursos entre os crioulos, principalmente, a existente entre os de Luanda e os do interior. Essa oposição seria agravada ainda pela promulgação de uma série de leis distinguindo a população “civilizada” da população “indígena”.

Toda essa legislação é fruto da penetração colonial mais intensa de fins do século XIX, que iria acarretar num retrocesso para os crioulos, agora não apenas do ponto de vista econômico como ocorreu em meados do século XIX, mas também do ponto de vista social, já que até então a hierarquização existente na sociedade angolana não obedecia a padrões rigorosamente planejados. Passa-se de uma divisão entre escravos e não-escravos para uma

⁵⁷ Apolinário Van-Dúnem, carta de Maio de 1901, Benguela, em resposta ao jornal *Gazeta de Loanda*, cit. em Maria do Céu Carmo Reis e Mário de Andrade (org.), *Ideologias da Libertação Nacional*. Parte dessa citação encontra-se também em Jill Dias, «Uma Questão de Identidade: respostas intelectuais às transformações económicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930», p. 87. A carta na íntegra encontra-se em: *Voz de Angola Clamando no Deserto*, com o título «É o Cúmulo das Infâmias», embora sem indicação do autor, pp. 91-101.

oposição entre “indígenas” e “não-indígenas”, que implicava uma séria reestruturação social.⁵⁸

Uma separação mais rigorosa será a resposta das autoridades coloniais ao processo pouco claro até então existente de identificação dos elementos que fugiam à categoria dos indígenas. A definição pouco precisa dos requisitos para se alcançar tal reconhecimento era o principal alvo a ser atacado pelas autoridades coloniais.⁵⁹

Em meados da segunda década do século XX, a própria discussão levantada pelo secretário dos negócios indígenas da província, Ferreira Diniz, sobre a legislação à época existente, segundo ele ineficaz, e as leis promulgadas no período subsequente sugerem que tenha ocorrido uma transição muito mais lenta do que a pretendida.

Ferreira Diniz apresenta como fórmula para fugir à proliferação desse elemento “semi-civilizado” a criação de um ensino de tipo profissionalizante que não insistisse em seguir o modelo metropolitano de educação. Essa alteração proposta demonstra que o secretário não estava nada satisfeito com a participação da intelectualidade crioula na discussão em relação ao projeto colonial. A sua pretensão era que os africanos se transformassem em (...) *operários e agricultores* (...) capazes de (...) *secundar utilmente na parte técnica* (...) a obra da colonização. Ora, evidentemente, os intelectuais crioulos, que se posicionavam como atores do cenário colonial e muitas vezes com discursos em tom de contestação dos mais graves, não agradavam ao secretário, que creditava tal postura aos erros da perspectiva política colonial até então adotada e ao tipo de instrução concebido.⁶⁰

Diante desse mais recente quadro jurídico, que na verdade buscava legislar em prol de uma nova situação econômica decorrente da expansão portuguesa, os crioulos do interior passaram a sofrer uma maior exposição aos desmandos dos colonos, num primeiro

⁵⁸ Quanto a este ponto, é deveras interessante a comparação entre o número de negros e mestiços livres e escravos no século XIX e os assimilados e indígenas do século XX na cidade de Luanda. Ver Fernando Mourão, *Continuidades e Descontinuidades de um Processo Colonial Através de uma Leitura de Luanda*, p. 231.

⁵⁹ É importante acrescentar, a propósito, que os itens levantados por Ferreira Diniz são aqueles que posteriormente estariam impressos em lei como critérios para a assimilação: 1) falar e escrever o português; 2) não praticar usos e costumes africanos; e 3) exercer profissão ou possuir bens para sua manutenção. Ver Ferreira Diniz, *Populações Indígenas de Angola*, p. 611.

⁶⁰ Neste cenário de questionamento quanto ao processo educacional adotado, insere-se também o caso dos ambaquistas, designação pela qual ficaram conhecidos os habitantes da região de Ambaca que frequentaram a missão carmelita no Golungo Alto. Esta inicia no século XVII a formação, a nível básico, de alguns africanos da zona, que posteriormente passaram a oferecer os seus serviços aos comerciantes de outras regiões. Com o passar dos tempos o termo ambaquista virou sinônimo de verborreia.

momento, e depois das companhias agro-pecuárias,⁶¹ que através da força e com o apoio dos funcionários governamentais tentavam usurpar as suas terras. A luta contra a expropriação, como não poderia deixar de ser, assumiu posições reivindicativas mais fortes, a partir do momento em que as ações colonialistas passaram a contrariar os interesses das famílias crioulas mais antigas e articuladas, que, apesar dos obstáculos, haviam conseguido se manter com a produção e comercialização de suas plantações. A região onde o confronto de interesses se mostrou mais evidente, não por coincidência, era aquela em que os crioulos possuíam as melhores lavouras, como no eixo Luanda-Malange, dada a proximidade do Rio Cuanza e do caminho de ferro.⁶²

As contestações crioulas e a ofensiva colonial foram além das costumeiras cartas para os jornais. São conhecidos os eventos de 1917 e 1922 com a participação de António de Assis Junior, que seria repetidamente acusado de promover a revolta dos camponeses contra o governo central. A estratégia governamental foi a de reforçar a idéia de que tal fato não se tratava de uma ação isolada, mas sim duma reivindicação autonomista de cunho racial implementada por parte do segmento crioulo.⁶³ Esses episódios mostram a contestação mais arrojada dos crioulos do interior, em conseqüência do maior grau de enfrentamento a que foram submetidos pelo colonialismo.

Todavia, a divisão entre os crioulos do interior, mais reivindicativos, e os do litoral, mais preocupados em manter suas posses e cargos administrativos, não deve ser absolutizada, dada a existência de vozes no litoral contra as arbitrariedades que se faziam no interior. Esses posicionamentos diferenciados, no entanto, tornar-se-iam visíveis ainda nas associações recreativas, criadas a partir da virada do século. Fundadas com o objetivo de buscar responder à maior concorrência dos metropolitanos, essas associações, em alguns casos, prestavam também auxílio a seus associados na área educacional e assistencial. Os seus participantes, como não poderia deixar de ser, enquadravam-se, em sua grande

⁶¹ Estas companhias absorveram também propriedades de pequenos e médios proprietários brancos. Ver Fernando Mourão, *Continuidades e Descontinuidades de um Processo Colonial Através de uma Leitura de Luanda*, p. 496.

⁶² Jill Dias, «Uma Questão de Identidade: respostas intelectuais às transformações económicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930», pp. 72-73. As associações criadas pelos crioulos foram importantes canais de contestação dessa situação como fica claro na ata da sessão ordinária da Liga Angolana de 2 de Fevereiro de 1920, AHN (Arquivo Histórico Nacional – Luanda), Liga Angolana – Actas de Sessões Ordinárias e Extraordinárias, 1915-1920, códice n.º 983, cota 3-2-4 – Luanda, fls. 169 (182) - 170 (183).

⁶³ Tal estratégia foi explicitada pelo chefe da Repartição Superior da Administração Política e Civil, ainda no ano de 1922. Ver AHN, Administração do Concelho – Autos de averiguação ordenado pelo decreto n.º 99 de 21-2-1922, respeitante aos acontecimentos de Catete, 1922, cx. n.º 1084, cota 38-26E-8 – Luanda.

maioria, nas funções públicas ou então eram artífices. Sua atuação acabou por aprofundar a diferenciação entre os crioulos e em relação aos “incivilizados”.⁶⁴

Dentre essas associações destacam-se a Liga Angolana⁶⁵ e o Grêmio Africano, surgidas em 1913⁶⁶ e mais tarde (1922) postas na ilegalidade,⁶⁷ sob a acusação de atividade separatista, como parte de um conjunto de medidas restritivas impostas aos crioulos a partir dessa data, quando da segunda administração de Norton de Matos.⁶⁸ A imprensa, até então utilizada como tribuna de reclamação pelos naturais, também irá sofrer com o estrangulamento.⁶⁹ Esse, como vimos anteriormente, já vinha ocorrendo com maior intensidade no interior e os acontecimentos de 1922, em Catete, contribuíram e muito para o seu alargamento até Luanda.⁷⁰ A essas medidas associava-se ainda, e talvez com maior

⁶⁴ Jill Dias, «Uma Questão de Identidade: respostas intelectuais às transformações económicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930», p. 90.

⁶⁵ Uma excelente coleção das actas das sessões dessa associação encontra-se no AHN, Liga Angolana – Actas das Sessões Ordinárias e Extraordinárias, 1915-1920, código n.º 983, cota 3-2-4 – Luanda. Entre os inúmeros pontos a destacar da leitura dessa documentação, está a intensa correspondência com os sócios de outras regiões (Benguela, Ambriz, Cacuaco, Massangano, Mossamedes, Pungo-Andongo, Dondo, etc...), a preocupação com a cobrança das mensalidades (de forma individual ou através de anúncios nos jornais), o destaque dado às articulações políticas que viessem a beneficiar a instituição e seus associados e o convencimento para que os sócios não se afastassem ou pedissem a sua desvinculação. Para além destes, alguns temas pontuais também ilustram a luta quotidiana desses homens contra o preconceito racial, como no caso em que conseguiram reverter um edital que sugeria a contratação de empreiteiros a fim de construir uma escola para (...) *crianças brancas*. O seu protesto fez com que o governador geral emitisse um novo edital na folha oficial retirando tal distinção. Acta das sessões ordinárias da Liga Angolana, Novembro de 1915 a Janeiro de 1916, AHN, Liga Angolana – Actas de Sessões Ordinárias e Extraordinárias, 1915-1920, código n.º 983, cota 3-2-4 – Luanda, fl. 11 (31). Acrescente-se ainda que a Liga recebia inscrições de mulheres como sócias extraordinárias. A contribuição delas, no entanto, era menor, pois como foi dito em documento da própria Liga (...) *de pouca ou nenhuma regalia gozarão*. Transcrição de cartas da Liga Angolana, 5 de Novembro de 1916, AHN, Liga Angolana, Correspondência, código n.º 4942, cota 15-5-27 - Luanda, fls. 24 –24 v.º.

⁶⁶ Quanto à criação do Grêmio, Freudenthal afirma que este já atuava desde 1907, antes mesmo da aprovação oficial de seus estatutos, com associados em Benguela, Lobito e Catumbela. Aida Freudenthal, «Um Partido Colonial - Partido Reformista de Angola – 1910-1912». In: *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 8 e 9, Janeiro/Dezembro, 13-57, 1988. p. 42. A Liga, por sua vez, dá os primeiros sinais de vida em 1912, mas tal como o Grêmio só teria sua situação legalizada em 1913. Importante destacar também a troca de correspondência e impressões entre estas associações. Ver Ata das sessões extraordinárias e ordinárias do mês de Março de 1918, AHN, Liga Angolana - Actas de Sessões Ordinárias e Extraordinárias, 1915-1920, código n.º 983, cota 3-2-4 - Luanda, fls. 81 (101)-86 (106).

⁶⁷ Anos antes, mais precisamente em 1916, a mesma Liga tinha sido convidada pelo governador geral a participar na discussão acerca da Carta Orgânica da colônia e no regulamento do serviço do trabalho indígena. Ver AHN, Liga Angolana - Actas de Sessões Ordinárias e Extraordinárias, 1915-1920, código n.º 983, cota 3-2-4 - Luanda, fl. 27 (47). Segundo Eugénia Rodrigues, o Grêmio não chegou a ser dissolvido na mesma data. Maria Eugénia Rodrigues, *A Representação Social do Branco na Imprensa Angolana dos anos 30: a revista Angola da Liga Nacional Africana*, Dissertação de Mestrado em Literatura e Cultura dos Países Africanos de Expressão Oficial Portuguesa da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Junho de 1994, p. 60.

⁶⁸ Tais associações remontam à época anterior à de Norton de Matos, então governador entre 1912 e 1914. O regime de alto-comissariado foi estabelecido pela República logo após essa sua primeira passagem pela chefia da administração angolana. Ver Adelino Torres, «Angola: conflitos políticos e sistema social (1928-1930)», in *Estudos Afro-Asiáticos*, n.º 32, Rio de Janeiro, Centro de estudos Afro-Asiáticos, Dezembro de 1997, 163-183, p. 169.

⁶⁹ A partir de 1925, associações consideradas “inofensivas” foram constituídas e oficializadas, como podemos constatar pelos alvarás emitidos entre outros para: Grêmio Portugal-Unido, em 2 de Janeiro de 1926; Associação Comercial, Agrícola e Industrial do Cuanza Norte, em 6 de Fevereiro de 1925; e para o Clube Atlético de Loanda, em 2 de Janeiro de 1925.

⁷⁰ De acordo com Júlio de Castro Lopo, será a partir de 1923, com a publicação do periódico *A Província de Angola*, que se iniciará uma fase mais profissional do jornalismo angolano, em substituição ao que ele considerava uma fase

importância, a criação, em 1921, de escalões diferenciados para europeus e africanos na administração, o que implicava estabelecer não só limites de carreira para os funcionários negros e mestiços, bem como uma escala salarial desfavorável.⁷¹

Paralelamente à conquista portuguesa de boa parte do território angolano, nas primeiras décadas do século XX, e a partir da legislação laboral iniciada em fins do século XIX, irá se estabelecer de forma definitiva a distinção oficial da população. De um lado, os “civilizados”, que incluíam os brancos e os mestiços e negros “assimilados”, de outro, os “indígenas”. Evidentemente, boa parte dos crioulos obteve o estatuto de assimilados, até porque eram os mais aptos a preencher as orientações apresentadas pelas autoridades coloniais. Para além disso, a posse desse estatuto garantiria maior possibilidade de ingresso nas funções administrativas.

Seguindo essa linha de análise, o final dos anos 20 deveria significar a última pedra no túmulo do grupo crioulo. As conseqüências das orientações coloniais teriam extinto definitivamente a possibilidade de ascensão social para os africanos, independentemente da cor.

Todavia, o que podemos perceber pelo desdobramento desse processo é que o mundo crioulo irá sobreviver aos desmandos do colonialismo. A maior parte desses indivíduos, evidentemente, não conseguirá manter seu prestígio social e suas posses, já que alguns não resistiram nem mesmo às perdas iniciadas no século XIX. Até porque o acesso às funções administrativas e vinculadas à penetração colonial não pôde ser obtido por todo o grupo. Mas, de qualquer forma, as crescentes limitações impostas pelo colonialismo não acarretarão uma dissolução dos laços culturais fortemente atados por esse grupo.

Podemos, no entanto, apontar desde já que a alteração na percepção de seu próprio papel, principalmente pelo segmento crioulo mais jovem e instruído - maior conscientização de sua posição e de suas possibilidades -, iria aflorar no pós-Segunda Guerra, com as novas alternativas ideológicas que se apresentaram. Passaram a demonstrar, então, capacidade para mobilizar a grande massa rural em favor de uma luta mais ampla,

episódica e de amadores. Evidentemente, essa nova disposição implicava um maior alinhamento com as teses colonialistas. Júlio de Castro Lopo, *Jornalismo de Angola. Subsídios para a sua História*. Luanda, Centro de Informações e Turismo de Angola, 1964. pp. 28-29.

⁷¹ René Pélissier, *La Colonie du Minotaure*, p. 231. Eugénia Rodrigues chama ainda a atenção para o fato dessa diferença salarial muitas vezes estar disfarçada sob a forma de subsídios pagos aos funcionários da metrópole, aos das outras colônias e aos filhos de europeus. Maria Eugénia Rodrigues, *A Representação Social do Branco na Imprensa Angolana dos anos 30: a revista Angola da Liga Nacional Africana*, p. 40.

bem como a necessidade de atuarem de forma coesa, deixando de lado as oposições surgidas na virada do século, e ultrapassarem uma postura por muitos considerada reformista. O novo questionamento ao colonialismo que irá surgir, baseado agora numa perspectiva nacional e revolucionária, contaria com o apoio de parte significativa dos crioulos.

Bibliografia:

- AGUALUSA, José Eduardo. *A Conjura*. Luanda, União dos Escritores Angolanos, 1989.
- ALBUQUERQUE, Orlando de. *Crioulismo e Mulatismo (uma tentativa de interpretação fenomenológica)*. Lobito, Cadernos Capricórnio, 1975.
- ALEXANDRE, Valentim. *Origens do Colonialismo Português Moderno (1822 – 1891)*. Lisboa, Sá da Costa Editora – Portugal no século XIX/Antologia de textos históricos/volume III, 1979.
- ALMEIDA, António de. «Relações com os Dembos. Das Cartas do Dembado de Kakulu-Kahenda». In: *I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo*, 4. Secção, Lisboa, 1938.
- ALMEIDA, Pedro Ramos de. *História do Colonialismo Português em África*. Lisboa, Editorial Estampa, 1979.
- AMARAL, Ilídio do. *Luanda. Estudos de Geografia Urbana*. Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar – n.º 53, 1968.
- ANDRADE, Costa. «Two Expressions of Angolanity». In: *Présence Africaine*, n.ºs 42/43, vol. 14/15, 70-84. Third quarterly 1962.
- ANDRADE, Mário de. *Origens do Nacionalismo Africano. Continuidade e Ruptura nos Movimentos Unitários Emergentes da Luta contra a Dominação Colonial Portuguesa: 1911-1961*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1997.
- ARENDRT, Hannah. *O Sistema Totalitário*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1978.
- ASSIS JUNIOR, António de. *O Segredo da Morta*. Luanda, União dos Escritores Angolanos, 1985.
- _____. *Relato dos Acontecimentos de Dala Tando e Lucala*. Cuba, Ediciones Cubanas/União dos Escritores Angolanos, 1985.
- BENDER, Gerald J. *Angola sob o Domínio Português: mito e realidade*. Lisboa, Sá da Costa Editora, 1980.
- BOXER, C. R. *Relações Raciais no Império Colonial Português 1415-1825*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1967.
- BRUNSCHWIG, Henri. *A Partilha da África Negra*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1993.
- CAHEN, Michel. «Angola, Moçambique: que futuro para os crioulos?». In: *InformÁfrica Confidencial*, n.º 63, Jul 94.
- CAPELA, José. *O Imposto de Palhota e a Introdução do Modo de Produção Capitalista nas Colónias*. Porto, Afrontamento, 1977.
- CARMO REIS, Maria do Céu e ANDRADE, Mário de (org.). *Ideologias da Libertação Nacional*. Textos de apoio ao curso de mesmo nome realizado entre 6 de Maio e 19 de Julho de 1985 na Universidade Eduardo Mondlane.
- CASTRO HENRIQUES, Isabel. «Tempo e Contratempo no Espaço Angolano do Século XIX». Comunicação apresentada no seminário *A Literatura de Viagem e os Descobrimentos Portugueses*, realizado na Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, Novembro de 1988.
- CLARENCE-SMITH, Gervase. *O III império Português, 1825-1975*. Lisboa, Teorema, 1985.
- CONCEIÇÃO NETO, Maria da. «Ideologias, Contradições e Mistificações da Colonização de Angola no Século XX». In: *Lusotopie*. Éditions Karthala, 1997, pp. 327-359.
- CRUZ, Viriato da. «Angola: quelle indépendance...». In: *Révolution*, n.º 6, Revue Mensuelle Internationale, Paris, Février, 5-16, 1964.
- DaMATTA, Roberto. *Relativizando*. Rio de Janeiro, Rocco, 1991.

- DIAS, Jill R. «Uma Questão de Identidade: respostas intelectuais às transformações económicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930». In: *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, Jan/Jun, n.º 1, 61-94, 1984.
- DINIZ, Ferreira. *Populações Indígenas de Angola*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918.
- FERREIRA, Roquinaldo Amaral. *Dos Sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola 1830-1860*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 1996.
- FORTUNA, Carlos. «Em Nome de Deus e ...do Lucro». In: *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.ºs 4 e 5, Janeiro/Dezembro, 321-329, 1986.
- FRANCO, Paixão. *História de uma Traição (jornal de um proscripto)*. Porto, Livraria Moreira, 2 vols, 1911.
- FREUDENTHAL, Aida. «Um Partido Colonial - Partido Reformista de Angola – 1910-1912». In: *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.ºs 8 e 9, Janeiro/Dezembro, 1988, pp. 13-57.
- FREYRE, Gilberto. *Aventura e Rotina. Sugestões de uma Viagem à Procura das Constantes Portuguesas de Carácter e Acção*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1953.
- GAMBOA, Fernando M. «A Independência de Angola: metamorfoses de um conceito num periódico oitocentista». In: *Os Periódicos como Fonte de Pesquisa Histórica. A Imprensa Escrita de Angola do séc. XIX*. Luanda, Arquivo Histórico Nacional, 1993.
- HAMILTON, Russel G. *Literatura Africana. Literatura Necessária – I/Angola*. Lisboa, Edições 70, 1981.
- KANDJIMBO, Luís. *Apologia de Kalitangi. Ensaio e Crítica*. Luanda, Instituto Nacional do Livro e do Disco (INALD), 1997.
- LABAN, Michel e outros. *Luandino. José Luandino Vieira e a sua Obra (estudos, testemunhos, entrevistas)*. Lisboa, Edições 70, 1980.
- LABAN, Michel. *Mário Pinto de Andrade. Uma Entrevista*. Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1997.
- LÉONARD, Yves. «Salazarisme et Lusotropicalisme, Histoire d'une Appropriation». In: *Lusotopie*. Éditions Karthala, 1997, pp. 211-226.
- LOPO, Júlio de Castro. *Jornalismo de Angola. Subsídios para a sua História*. Luanda, Centro de Informações e Turismo de Angola, 1964.
- _____. *De Angola do Passado. Apontamentos de Jornalista*. Coimbra, Atlântida Editora, 1969.
- MACEDO, José de. *Autonomia de Angola*. Lisboa, Centro de Sócio-Economia/Instituto de Investigação Científica Tropical, 2.ª edição, 1988.
- MACKENZIE, J. M. *A Partilha da África 1880-1900*. São Paulo, Ática, 1994.
- MARTINS, Maria João. «Formas de Vida das Elites». In: *História*. Lisboa, Ano XX (nova série), n.º 1, Abril, 1998, pp. 22-25.
- MESSIANT, Christine. *Social and Political Background to the “Democratization” and the Peace Process in Angola*. Leiden, African Studies Centre/Seminar Democratization in Angola, 18 Setembro de 1992.
- MILLER, Joseph C. *Way of Death. Merchant Capitalism and the the Angolan Slave Trade 1730-1830*. Wisconsin, The University of Wisconsin Press, 1988.
- MOREIRA, Adriano. *Política Ultramarina*. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1961.
- _____. *Ensaio*. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar/Estudos de Ciências Políticas e Sociais, 1963.
- MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. *Continuidades e Descontinuidades de um Processo Colonial Através de uma Leitura de Luanda*. Tese de Livre Docência defendida na Universidade de São Paulo (USP) em 1992.
- _____. «Luanda: coexistência e ruptura do espaço africano e do espaço europeu. Problemas metodológicos». In: *Construção e Ensino da História de África*. Atas do colóquio realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, de 7 a 9 de Junho de 1994.
- OLIVEIRA, Mário António Fernandes de. *Luanda, “Ilha” Crioula*. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1968.
- _____. *Para uma Perspectiva Crioula da Literatura Angolana*. Braga, Guimarães, 1974.
- _____. *Alguns Aspectos da Administração de Angola em Épocas de Reformas (1834-1851)*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1981.
- _____. *Reler África*. Coimbra, Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Africanos, 1990.
- _____. *A Formação da Literatura Angolana (1851-1950)*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda – Escritores dos Países de Língua Portuguesa 13, 1997.
- OSAGHAE, Eghosa H. «Ethnicity in Africa or African Ethnicity». In: *African Perspectives on Development*. Edited by Kábiru Kinyanjui e Edward Mburugu. London, James Currey, s/d.

- PACHECO, Carlos. *José da Silva Maia Ferreira. O Homem e a sua Época*. Luanda, União dos Escritores Angolanos, 1990.
- PÉLISSIER, René. *La Colonie du Minotaure. Nationalisme et Revoltes (1926-1961)*. França, Péliissier, 1978.
- _____. *História das Campanhas de Angola. Resistências e Revoltas (1845-1941)*, vol. I, Lisboa, Editorial Estampa, 1986.
- PEPETELA. «Breve Resenha do Crescimento de Luanda». In: *Estudos Afro-Asiáticos*, n.º 32. Rio de Janeiro, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 1997, pp. 237-244.
- RIBEIRO, Orlando. *A Colonização de Angola e o seu Fracasso*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda – Estudos Portugueses, 1981.
- RODRIGUES, Maria Eugénia Alves. *A Representação Social do Branco na Imprensa Angolana dos anos 30: A revista Angola da Liga Nacional Africana*. Dissertação de Mestrado em Literatura e Cultura dos Países Africanos de Expressão Oficial Portuguesa da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Junho de 1994.
- SAMUELS, Michael A. «Methodist Education in Angola, 1897-1915». In: *STUDIA*. Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos – Revista quadrimestral, 20-22, Abril/ Dezembro, 1967, pp. 75-107.
- SERRANO, Carlos Moreira H. *Angola: nasce uma nação*. Tese de Doutoramento defendida no Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP) em 1988.
- STAMM, Anne. «La Société Créole à Saint-Paul de Loanda dans les Années 1838-1848». In: *Revue Française d'Histoire d'Autre-mer*. Tome LIX, n.º 217, 578-609, 1972.
- TORRES, Adelino, *O Império Português entre o Real e o Imaginário*. Lisboa, Escher, 1991.
- _____. «Angola: conflitos políticos e sistema social (1928-1930)». In: *Estudos Afro-Asiáticos*, n.º 32. Rio de Janeiro, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Dezembro de 1997. pp. 163-183.
- VENÂNCIO, José Carlos. *Uma Perspectiva Etnológica da Literatura Angolana*. Lisboa, Ulmeiro, 1993.
- _____. *A Economia de Luanda e Hinterland no Século XVIII. Um Estudo de Sociologia Histórica*. Lisboa, Editorial Estampa, 1996.
- _____. *Colonialismo, Antropologia e Lusofonias. Repensando a Presença Portuguesa nos Trópicos*. Lisboa, Vega, 1996.
- Voz de Angola Clamando no Deserto*. Lisboa, União dos Escritores Angolanos – Edições 70, 1980.
- WHEELER, Douglas L. «Origins of African Nationalism in Angola: assimilated protest writings, 1859-1929». In: CHILCOTE, Ronald (ed.) *Protest and Resistance in Angola and Brazil*. California, University of California Press, 1972.